



Relatório da formação “Cadê os meus direitos?” de 2023

Ludmila Ribeiro, Raquel Queiroga, Maria Eduarda Leão

1 Introdução

O projeto “Cadê os meus Direitos?” foi concebido em colaboração entre o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, a Associação de Amigos e Familiares de Pessoas Privadas de Liberdade, bem como o Instituto de Ciências Penais em 2022. Por meio do financiamento da Organização Mundial de Combate à Tortura, ao longo de dois anos (2021 a 2023) foram desenvolvidas iniciativas de ensino, pesquisa e extensão, todas com o objetivo de visibilizar e mitigar as violações de direitos que frequentemente ocorrem no ambiente carcerário e que ultrapassam as suas fronteiras.

As atividades formativas destinadas às famílias de presos fazem parte do eixo de ensino e tem como objetivo informar às mulheres que possuem alguém de seu círculo privado de liberdade quais são os seus direitos e quais são os instrumentos disponíveis para acessá-los. Entre os meses de abril e junho de 2023, realizamos o nosso segundo ciclo formativo, tendo como foco mulheres de todo o país que fossem lideranças de destaque em suas regiões e, dessa maneira, pudessem a partir do conhecimento adquirido no curso, contribuir para a redução do aprisionamento e, especialmente, para o desencarceramento em suas localidades de origem.

Para a definição dos temas que seriam debatidos ao longo dos encontros, foram utilizados os formulários de avaliação preenchidos pelas mulheres que participaram da formação anterior do “Cadê os meus direitos?”. Junto a isso, em diálogo com a Associação de Amigos e Familiares de Pessoas Privadas de Liberdade de Minas Gerais, elencamos os assuntos prioritários nas searas do direito penal, processo penal e a Lei de Execução Penal. Além disso, no ano de 2022, as mulheres tinham demandado conversas que pudessem auxiliá-las na identificação e tratamento de doenças femininas e, ainda, trocas que pudessem inspirá-las a seguir na luta e na construção de uma sociedade menos punitivista.



Uma vez estabelecido o cronograma (temáticas a serem abordadas nas aulas, nomes de possíveis professores e professoras de referência nos assuntos elencados e as datas das aulas), o passo seguinte foi conseguir alcançar o maior número possível de mulheres que se encaixassem no perfil estabelecido. Para tanto, contamos com a ajuda dos jornais de maior circulação do estado (como O Estado de Minas¹ e o Tempo²), além do nosso perfil no *Instagram*³ e *Facebook*⁴ e atividade de mobilização realizada pela própria Associação de Amigos e Familiares de Pessoas Privadas de Liberdade de Minas Gerais.

A inscrição para do 2º curso “Cadê Meus Direitos?” pelos familiares interessados ocorreu via formulário, cujo link também foi divulgado nesse mesmo processo. Por meio dele, recolhemos os contatos das pessoas que se inscreveram, além de informações como perfil, local de residência, unidade prisional que visita e expectativas quanto ao curso. Ao final, tivemos 273 pessoas inscritas para a formação de 2023, cujo perfil é apresentado na seção seguinte.

2 As mulheres inscritas no curso

No ano de 2023, 273 mulheres se inscreveram para a participação no curso “Cadê os Meus Direitos”. Em que pese a maioria ser do estado de Minas Gerais, chama atenção do fato de mulheres residentes em outros estados participarem desta iniciativa, o que mostra o seu potencial para a redução do encarceramento (de forma geral) e da tortura no sistema prisional (em especial) por meio dessas atividades formativas (Tabela 1).

¹ https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/04/19/interna_gerais,1483556/curso-gratuit-capacita-familiaresde-pessoas-presas-na-reivindicaca-de-di.shtml

² <https://www.temp.com.br/cidades/curs-gratuit-cademeus-direits-abre-nvas-turmas-para-bh-1.2854878>

³ https://www.instagram.com/cade_meusdireitos/?igshid=YWJhMjJhZTc%3D

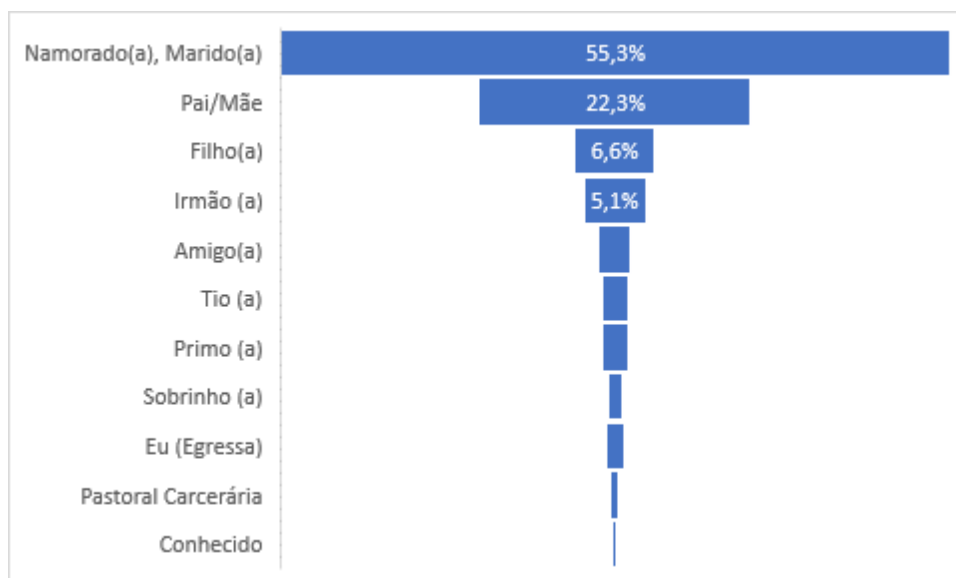
⁴ <https://www.facebook.com/cursocademeusdireitos>

Tabela 1 – Estado de residência das participantes da edição do curso de 2023

EM QUAL ESTADO VOCÊ REALIZA VISITAS?	N	%
DISTRITO FEDERAL	11	4%
ESPÍRITO SANTO	19	7%
MINAS GERAIS	229	84%
PARAÍBA	1	0%
PERNAMBUCO	1	0%
RIO DE JANEIRO	3	1%
RIO GRANDE DO SUL	2	1%
SANTA CATARINA	1	0%
SÃO PAULO	3	1%
SERGIPE	3	1%
TOTAL GERAL	273	100%

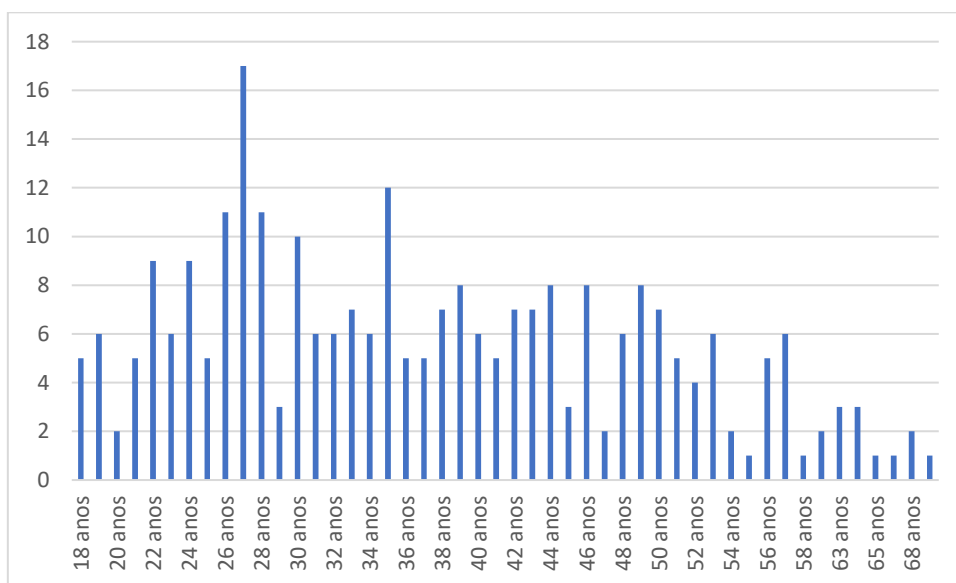
A maioria das mulheres inscritas visitava o namorado e/ou pai. Os filhos foram o terceiro tipo de familiar mais citado por elas nas respostas. Em algumas situações, mais de um familiar é visitado simultaneamente, o que pode indicar vulnerabilidades na estrutura familiar que terminam por redundar na prisão de vários membros (Gráfico 1). Além disso, chama a atenção a participação de quatro egressas do sistema prisional, que possuem outros parentes e amigos privados de liberdade.

Gráfico 1 – Grau de parentesco da estudante com quem está privado de liberdade



Além disso, a obrigação de manter distintos parentes atrás do cárcere faz com que essa mulher, de em média 37 anos (Gráfico 2), precise se desdobrar entre distintos trabalhos e fontes de geração de renda.

Gráfico 2 – Idade em anos completos das mulheres visitantes no sistema prisional e inscritas no curso em 2023

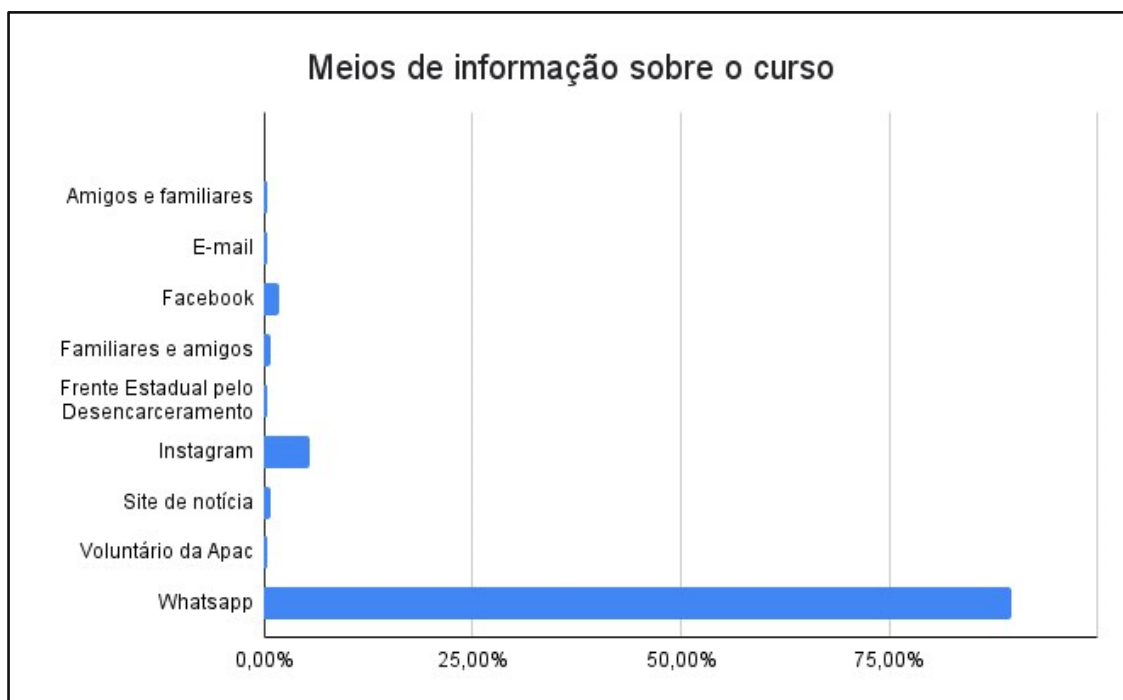


No formulário de inscrição no curso, pedíamos para as mulheres apontarem as unidades prisionais que visitavam regularmente. Em que pese a enorme variabilidade de informações, chama a atenção o grande interesse de familiares que regularmente estão em contato com quatro unidades no estado de Minas Gerais. São elas: Presídio Professor Jacy de Assis (situada em Uberlândia, respondendo por metade das pessoas inscritas nessa edição); Penitenciária Regional de Três Corações (localizada em cidade de mesmo nome, com 10% das inscritas), além de Presídio Inspetor José Martinho Drumond e Presídio Antônio Dutra Ladeira, ambos da região metropolitana de Belo Horizonte, cada qual com 8% das inscritas.

Esses dados indicam que o formato on-line parece contribuir para que uma quantidade maior de interessadas, especialmente as oriundas do interior do estado de Minas Gerais, possam participar da atividade e, dessa maneira, contribuir não apenas com o controle externo das prisões, mas, sobretudo, com a redução do encarceramento em suas respectivas cidades de origem.

Por fim, para entender sobre os canais de informação de maior alcance das familiares que são nosso público-alvo, questionamos, no momento da inscrição, sobre de que maneira a pessoa inscrita ficou sabendo sobre o curso “Cadê Meus Direitos?”. Interessante notar que 89,74% respondeu ser pelo aplicativo *WhatsApp*, sendo esta a principal rede utilizada pela atividade de mobilização da Associação de Amigos e Familiares de Pessoas Privadas de Liberdade. Em sequência, com percentuais bastante inferiores, está o conhecimento do curso pelo *Instagram* (5,49%) e pelo Facebook (1,83%).

Gráfico 3 – Meios de informação sobre o curso “Cadê Meus Direitos?”



Esses dados indicam que o formato on-line parece contribuir para que uma quantidade maior de interessadas, especialmente as oriundas do interior do estado de Minas Gerais, possam participar da atividade e, dessa maneira, contribuir não apenas com o controle externo das prisões, mas, sobretudo, com ações concretas que possam garantir a redução do encarceramento em suas respectivas cidades de origem.

3 Cronograma de formação

O cronograma de formação foi constituído pensando que um encontro semanal seria a periodicidade ideal para as mulheres que participarão das aulas. O dia escolhido foi quarta-feira, considerando a disponibilidade das coordenadoras e, ainda, das próprias mulheres identificadas como lideranças comunitárias e importantes multiplicadoras do conteúdo. O Quadro 1 apresenta os nomes dos professores que participaram dessa atividade em caráter *pro bono*, os respectivos temas pelos quais ficaram responsáveis e a quantidade de pessoas que participaram dessas aulas.

Quadro 1. Temas que compõem a formação “Cadê os meus direitos?”, com os respectivos professores responsáveis e a quantidade de participantes

Data	Temática	Convidado	No. de alunas
25/04	Execução da pena, destacando, sobretudo, o que mudou em termos de direitos neste âmbito penal nos últimos anos.	Eduarda Othero - Conselheira do Conselho Penitenciário do Estado de Minas Gerais (2016-2020)	117
02/05	Canais existentes para acesso à justiça de maneira gratuita e por pessoas que são criminalizadas por terem alguém da família privado de liberdade.	Marcelo Semer – Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo	68
09/05	O que é a pena de multa no tráfico de drogas, o indulto e qual seria a diferença entre esse instituto jurídico e o perdão da pena, destacando, sobretudo, o que mudou em termos de direitos neste âmbito nos últimos anos.	Gustavo Câmara Corte Real – juiz do Tribunal de Justiça de Minas Gerais	61
16/05	As recusas para a entrada na unidade e a quem recorrer, pensando em qual seria o papel do Conselho da Comunidade	Ana Luiza Bandeira, Secretaria Nacional de Políticas de Anti-Drogas e Innocence Project	70

Data	Temática	Convidado	No. de alunas
23/05	Body Scan – Como lidar com problemas de imagem que impedem a visita (in dubio pro o quê?) Conduta dos policiais penais sobre os familiares no qual são muito maltratados o que podemos fazer sobre isso	Bruno César Dias Advogado Criminalista e Ex-presidente do Conselho Penitenciário do Estado de Minas Gerais (2016-2020)	77
30/05	Como diagnosticar doenças que são femininas e como acessar alguns serviços ginecológicos	Raphaella Morais Historiadora, Doula, Educadora, Diretora de formação e pesquisa da Minas de Doulas, Preceptora do curso de Doulas da Fiocruz/AdoulasRJ	39
06/06	Doenças no cárcere – O papel do Ministério Público na prevenção desses problemas e questões	Francisco Ângelo Silva Assis (MPMG), coordenador do CAODH	55
13/06	O papel da mulher negra na defesa dos direitos das pessoas vulneráveis	Lúcia Xavier (ONG Criola)	50

As aulas ocorreram nas datas estipuladas, sendo todas realizadas no horário das 19h00 às 22h00 (três horas completas de aula), com a utilização do *Google Meet*, serviço de comunicação por vídeo desenvolvido pelo Google. A determinação da plataforma decorreu pelo seu amplo uso pelo público do curso, visto que possui um acesso mais simples e facilitado que as outras ferramentas disponíveis, além de ter sido a mesma plataforma utilizada no curso anterior com desempenho satisfatório.

Todas as aulas foram gravadas, posto que todos os professores assinaram termo de cessão de direitos permitindo essa disponibilidade. Na abertura de cada um dos encontros, era informado sobre a gravação das aulas, para que caso algum participante não desejasse ter sua imagem gravada, poderia desligar a câmera do seu aparelho.

As aulas, gravadas no *Google Meet*, foram disponibilizadas em nosso canal do youtube.⁵

⁵ <https://www.youtube.com/channel/UC0PBDhzlChpzakjCtrcGxdA>

4 Resultados alcançados

O objetivo do projeto “Cadê os meus direitos?” era dar insumos que ajudassem a auxiliar na constituição de uma rede mobilizada na pauta de prevenção à tortura e de privação de liberdade, incluindo mulheres que são lideranças importantes nas cidades mineiras com unidades prisionais, além de advogados, médicos, pesquisadores e militantes da sociedade civil. De maneira geral, as avaliações feitas, por aula, são as seguintes (Quadro 2).

Data	Temática	Avaliação da aula	Avaliação do professor
25/04	Execução da pena, destacando, sobretudo, o que mudou em termos de direitos neste âmbito penal nos últimos anos.	93% avaliam essa aula como excelente 98% acreditam que adquiriram novos conhecimentos que poderão ajudar na caminhada	98% disseram que a professora era muito capaz, o que permitiu o entendimento de tudo que foi ensinado 93% afirmaram que a professora foi atenciosa e respeitosa com todos
02/05	Canais existentes para acesso à justiça de maneira gratuita e por pessoas que são criminalizadas por terem alguém da família privado de liberdade.	90% avaliam essa aula como excelente 93% acreditam que adquiriram novos conhecimentos que poderão ajudar na caminhada	96,9% disseram que o professor era muito capaz, o que permitiu o entendimento de tudo que foi ensinado 97% afirmaram que o professor foi atencioso e respeitoso com todos
09/05	O que é a pena de multa no tráfico de drogas, o indulto e qual seria a diferença entre esse instituto jurídico e o perdão da pena, destacando, sobretudo, o que mudou em termos de direitos neste âmbito nos últimos anos.	82,5% avaliam essa aula como excelente 100% acreditam que adquiriram novos conhecimentos que poderão ajudar na caminhada	100% disseram que o professor era muito capaz, o que permitiu o entendimento de tudo que foi ensinado 100% afirmaram que o professor foi atencioso e respeitoso com todos

Data	Temática	Avaliação da aula	Avaliação do professor
16/05	As recusas para a entrada na unidade e a quem recorrer, pensando em qual seria o papel do Conselho da Comunidade	85,7% avaliam essa aula como excelente 100% acreditam que adquiriram novos conhecimentos que poderão ajudar na caminhada	100% disseram que a professora era muito capaz, o que permitiu o entendimento de tudo que foi ensinado 100% afirmaram que a professora foi atenciosa e respeitosa com todos
23/05	Body Scan – Como lidar com problemas de imagem que impedem a visita (in dubio pro o quê?) Conduta dos policiais penais sobre os familiares no qual são muito maltratados o que podemos fazer sobre isso	90,6% avaliam essa aula como excelente 93,8% acreditam que adquiriram novos conhecimentos que poderão ajudar na caminhada	96,9% disseram que o professor era muito capaz, o que permitiu o entendimento de tudo que foi ensinado 96,9% afirmaram que o professor foi atencioso e respeitoso com todos
30/05	Como diagnosticar doenças que são femininas e como acessar alguns serviços ginecológicos	63,6% avaliam essa aula como excelente 100% acreditam que adquiriram novos conhecimentos que poderão ajudar na caminhada	100% disseram que a professora era muito capaz, o que permitiu o entendimento de tudo que foi ensinado 100% afirmaram que a professora foi atenciosa e respeitosa com todos
06/06	Doenças no cárcere – O papel do Ministério Público na prevenção desses problemas e questões	72,7% avaliam essa aula como excelente 90,9% acreditam que adquiriram novos conhecimentos que poderão ajudar na caminhada	100% disseram que o professor era muito capaz, o que permitiu o entendimento de tudo que foi ensinado 100% afirmaram que o professor foi atencioso e respeitoso com todos

Data	Temática	Avaliação da aula	Avaliação do professor
13/06	O papel da mulher negra na defesa dos direitos das pessoas vulneráveis	94,9% avaliam essa aula como excelente 94,4% acreditam que adquiriram novos conhecimentos que poderão ajudar na caminhada	100% disseram que a professora era muito capaz, o que permitiu o entendimento de tudo que foi ensinado 100% afirmaram que a professora foi atenciosa e respeitosa com todos

O curso proporcionou benefícios significativos para as alunas, destacando-se as explicações lógicas e dinâmicas que abordaram temas como condicional, hediondo, progressões de regime e direitos dos encarcerados. A atenção dedicada às dúvidas, aprofundando questões como a Lei 13.964/2019 e o pacote anticrime, foi bem apreciada. O compartilhamento de conhecimento sobre a execução penal e suas nuances, além das perguntas e respostas interativas, contribuíram para um entendimento mais abrangente. A clareza das explicações, especialmente em relação ao regime disciplinar diferenciado, e a compreensão dos limites dos direitos dos detentos também foram valorizados. As interações com os professores e as colegas, além de uma abordagem detalhada sobre as mudanças nas leis e penalidades, foram elementos que fizeram do curso uma experiência valiosa para todas as alunas, proporcionando uma compreensão mais profunda do sistema jurídico e dos direitos dos reclusos.

Ainda, o encontro que tratou as questões referentes ao Conselho da Comunidade trouxe mais uma ferramenta para as familiares atuarem na fiscalização das unidades prisionais, provocarem as revisões dos processos dos presos e denunciarem casos de tortura e violações de direitos. Em seus relatos sobre o curso, essa temática foi considerada de suma importância para o entendimento sobre os meios possíveis de participação das famílias, levando em consideração uma política tão arbitrária.

Outro ponto relevante mencionado, foi sobre a troca de experiências e conhecimentos entre as participantes de diferentes estados em relação as vivências no cárcere a luta diária vivida por todas. Esse momento foi apreciado como inspirador para seguir na batalha contra as injustiças, desigualdades e preconceitos.

5. Reclamações e Críticas

As alunas expressaram satisfação geral com as aulas, elogiando a qualidade das explicações e considerando as aulas bem proveitosas. Algumas alunas mencionaram que as aulas estão perfeitas e não têm sugestões de melhoria. Outras sugeriram a continuação das aulas da mesma maneira, ressaltando que estão amando e aproveitando bem. Uma aluna sugeriu a ocorrência de mais cursos semelhantes a este, enquanto outra mencionou que todas as aulas sempre são satisfatórias. Houve também um pedido por um pouco mais de comunicação. Globalmente, as alunas estão satisfeitas com o curso, reconhecendo sua qualidade e valor educacional. Entre as sugestões apresentadas, uma das que mais se destacou foi a seguinte:

No final de cada tema/aula, poderia na aula seguinte ser apresentado como feedback das perguntas e respostas, um organograma de como buscar os direitos questionados, tipo local, órgão, setor, profissional, para que o familiar tenha uma iniciativa prática de por onde começar sua denúncia, sua reclamação, seus direitos na prática. Caso contrário fica meio q a mesma sensação de impotência inicial. (feedback de aula na aula de 09/05)

As sugestões de novos temas incluem a orientação de um profissional psicológico para lidar com os impactos psicológicos enfrentados ao lidar com as regras do sistema carcerário, a sugestão de ter um tempo limitado para o início e término das aulas, e o interesse em aprender sobre o processo de menores presos e a importância da presença do advogado e do representante legal. Além disso, há também a solicitação por mais cursos e a indicação de satisfação geral com o curso atual. Neste sentido, um dos registros de sugestões para os próximos curso merece ser destacado:

vídeos e conteúdos em pdf disponível em tempo real; sequencia periódica do curso pra atender a demanda com orientações mais práticas às respostas nas necessidades a serem atendidas seja pelo conhecimento ou acessibilidade de onde e como solucionar suas dificuldades em relação o sistema prisional; a cada aula, dco próprio como abaixo assinado ou outros dcos, ferramentas pra interferir no sistema prisional dando poder aos usuários a oficializar suas reclamações. (feedback de aula na aula de 06/06)

Alguns outros pedidos reiterados devem ser considerados para o planejamento e organização dos próximos cursos, como o envio de materiais explicativos sobre os assuntos tratados e o resumo das aulas. As participantes indagaram que as vezes possuem certa dificuldade de anotar o grande volume de informações disponibilizadas, podendo ser esses materiais informativos e explicativos de fácil acesso para consulta. Entretanto, pode ser constatado divergências quanto as sugestões, visto que houve participantes que solicitaram aulas mais longas, com mais tempo para a retirada de dúvidas, enquanto outras colocaram a possibilidade de um menor tempo de aula compensando no aumento do número de encontros, sem prejudicar o conteúdo. Para dinamizar ainda mais o tempo, tiveram outras participantes que sugeriram o envio prévio das perguntas pelo próprio WhatsApp ou e-mail, fazendo com que as aulas sejam mais objetivas quanto as demandas de forma coletiva.

6. Considerações finais

Na busca incessante por justiça e igualdade, surge o curso “Cadê os meus Direitos?”, uma iniciativa inspiradora desse projeto de extensão, que também articula a pesquisa sobre sistema prisional, com o mapeamento das principais violações de direito das pessoas que estão em situação de cárcere. Atrás das grades, as dificuldades do sistema prisional são inúmeras: da escassez de água à superlotação dos dormitórios, da carência de atendimento médico à limitada acessibilidade à informação. Este ambiente adverso amplifica as vulnerabilidades dos detentos e ressalta a necessidade urgente de ações eficazes. Contudo, não são apenas os indivíduos detidos que enfrentam essas lutas. Do lado externo das muralhas, as famílias também vivenciam desafios significativos.

De acordo com os dados apresentados neste relatório, o “Cadê os meus Direitos?” é uma ponte que conecta as famílias de pessoas privadas de liberdade com a compreensão de seus direitos e à capacidade de pleiteá-los, de forma a reduzir a violência contra àqueles que estão atrás das grades. O objetivo central do curso é capacitar os familiares daqueles que enfrentam a privação de liberdade, dotando-os com o conhecimento necessário para compreender e reivindicar os direitos essenciais. Este curso representa um passo audacioso em direção a um sistema mais humano e consciente, tanto para os indivíduos



em detenção quanto para suas famílias que lutam lado a lado.

Para as mulheres participantes desta iniciativa, este curso é pioneiro não apenas por proporcionar uma série de aulas sobre direitos que elas sequer conheciam; mas também é uma jornada transformadora por empoderar as participantes com conhecimentos práticos. As sessões abordam temas críticos, como direitos básicos, processos legais e recursos disponíveis para enfrentar as adversidades do sistema prisional. Ao capacitar as familiares, o curso cria uma base sólida para uma mudança abrangente. O conhecimento adquirido não apenas dá às famílias as ferramentas para enfrentar os desafios atuais, mas também promove a conscientização da necessidade de reformas sistêmicas. Ao se unirem para defender os direitos dos detentos, essas famílias se tornam agentes de mudança, contribuindo para um sistema prisional mais justo e humano.

Em termos de resultados concretos, verificamos que várias mulheres conseguiram soltar pessoas que estavam privadas de liberdade injustamente ao compreender melhor a linguagem jurídica, o que inclui desde saber como constituir e pressionar o Conselho da Comunidade na seara da Execução Penal, enquanto um mecanismo mais efetivo de controle externo do que acontece no mundo das prisões. Além disso, várias tomaram conhecimento da existência de órgãos especializados na proteção e garantia dos direitos dos presos, o que contribuiu para que elas pudessem melhor direcionar as suas demandas.

Por outro lado, o contato com as famílias de pessoas privadas de liberdade durante as atividades de formação possibilitou um maior enraizamento das instituições da sociedade civil. Geralmente, esses sujeitos até se articulam em suas rotinas de ação para abordarem temas afetos à privação de liberdade de modo mais amplo, sem se aterem necessariamente a pauta da prevenção à tortura. Abrangê-los com o foco nesse tipo de violência estatal é dar fôlego a um debate premente no país nos dias de hoje, haja vista o desmembramento de políticas públicas no campo.